

Anticonstitucionalissimamente

GERALDO FORBES

Uma pergunta, só uma pergunta, têm agora todos os cidadãos, depois do discurso do sr. Sarney: qual é seu jogo? O mistério não chega a empolgar as multidões porque é verdade que hoje há também uma outra curiosidade ardent: qual o jogo vencedor na Sena?

As diferenças entre as indagações são duas. Na Sena, o resultado será logo conhecido e vai fazer a felicidade de uns poucos felizardos; enquanto, da insana jogada presidencial, os efeitos demoram um tempo até serem observados, mas, necessariamente, aumentarão a infelicidade de quase todos os brasileiros.

Se os efeitos ainda estão por surgir, inclusive porque a partida está longe de ter acabado, uma coisa, porém, já se sabe: os antecedentes e o móvel do crime. Que não devem mais ser ignorados, sob pena de vitória do adversário.

O presidente aparenta ser apenas um trapalhão, mas há uma lógica, se viciada, em suas ações. O sr. Sarney pode, como é fato, não saber governar, não saber como usar o poder para decidir por esta ou aquela política; mas quer o poder e sabe usá-lo para obter esta ou aquela mesquinharía.

O sr. Sarney não é um operador solitário. Está integrado em um pequeno mas sólido sistema de forças, há anos infenso à idéia de democracia. Por outro lado, seu prestígio e suporte entre a elite financeira-industrial-militar tendem a crescer, em proporção direta ao crescimento da inflação e na razão inversa de sua popularidade.

Tanto mais cai a estima (resta alguma?) pelo governo atual, mais aumenta o medo do sistema pelo seu futuro. Tanto mais mergulhamos na hiperinflação, mais os espíritos timoratos do empresário rezam por um governo forte. Daí, em sua ignorância (ou malandragem, ou as duas?) confundem a força de um governo capaz e eficiente com a força de um governo arbitrário, pelo qual sofrem, héias, irresistível atração.

O ataque armado pelo presidente contra a Constituinte que lhe deu cinco anos é apenas um jogo de sombras. Se a preocupa-

ção expressa por ele fosse sincera, teria sido manifestada no primeiro turno e seria agora objeto de emendas apresentadas por seus deputados.

A farsa montada pelo sr. Sarney e seus ajudantes fardados aponta a Constituição em preparo como fonte de terríveis males. Unido de um simples enredo e com ar inocente, o presidente foi à televisão instigar o povo contra o Poder Legislativo. Em clara subversão dos princípios institucionais.

No ponto central de sua frágil argumentação, pretende que a reforma tributária, transferindo parte da arrecadação da União para estados e municípios, tornará o País ingovernável.

A razão do lobo guará é débil e de governo ele nada sabe e nada pode ensinar. A reforma tributária provocará, sim, profundas reformas estruturais na organização nacional. Ocorre que estas mudanças são desejadas pela sociedade, conforme claro voto de seus representantes. A elas tem de se adaptar e jamais contra elas se insurgir. Ao governo só cabe acatar, nunca atacar, a decisão da fonte única de legítimo poder.

Todo mundo pode pregar mudanças na Constituição, inclusive depois que ela for promulgada. Segundo a ótica de cada um, o projeto contém vários absurdos e até artigos francamente estapafúrdios. Na ótica desta coluna, por exemplo, dar cinco anos a Sarney é coisa de mentecaptos e/ou vendidos. E todos podem defender os seus pretensos direitos — desde a General Motors até o índio de Roraima.

O que ninguém pode fazer, entretanto, é propugnar, por polichinelo que seja, o cancelamento do projeto ou o adiamento de sua votação. Muito menos é lícito tentar amedrontar aqueles que mal ou bem são legítimos mandatários do povo. É como querer impedir a livre manifestação da Assembléia soberana. É crime contra a República, quem o tenta, contra ela atenta.

Mas, na verdade, a reforma tributária é a ponta do iceberg. Um pretexto vazio de sentido. No fundo, as sombras e a fala do Catilina maranhense escondem ainda outras intenções mais sinistras.

A inflação virou hiper, fugiu do controle. Vêm aí eleições e os filhotes do sistema correm o peri-

go de fragorosa derrota ou coisa pior. Um autor já disse que a "inflação é um invento notável que pode, conforme as circunstâncias, servir de substituto para a guerra civil ou de prefácio para turbulências sociais e políticas muito mais sérias".

O sistema teme, os donos do poder tremem, as elites econômicas, com razão, morrem de pavor. Aliam-se outra vez. Mas não podem dispensar, para o desvario de seus pacotes, o odioso decreto-lei. A Constituição o suprime? Atrase-se a sua promulgação, mesmo se isto significar, de quebra, mais um ano de Sarney. Qual o mal? "Pudê" é bom de lambuzar.

Seis anos com Sarney e o sistema, seis anos de carneiro, o Brasil servindo ao lambão, pai da Babel. Transição para onde?

A Constituinte ainda pode mudar muita coisa e retirará alguns dos absurdos do texto final. Entretanto, o que for aprovado pelo voto livre e soberano — seja um artigo excelente, seja um dispositivo mal pensado — será lei. E não é a lei que tornará o País ingovernável. É a sua falta, ou o desrespeito a ela, que o fazem.

O País ameaça tornar-se ingovernável no futuro por causa do desgoverno do presente. A hiperinflação produzida pela ingovernança de Sarney, a desgovernança de sua copa e seu ministério e a corrupção generalizada é que destroem as estruturas e levam o País ao desespero do salve-se quem e como puder. Daí à perda da liberdade, o bem maior a se preservar em qualquer circunstância, um passo.

A culpa, atrada por Sarney contra a Constituinte, é uma tentativa de disfarçar sua própria indisfarçável culpa. Ou dolo. A acusação é mentirosa. Na aparência e na intenção. Sua verdadeira finalidade é a permanência do "sistema" no poder. E a prorrogação do poder autoritário do Executivo. E nele a sua própria permanência. José, para quê?

É patético. Este Sarney não tem jeito. A trama desnudada ajunta mais um palavrão, o do título, aos muitos que os brasileiros lhe dirigem diariamente.

A coluna, modesta, dirige-lhe uma palavrinha: Xô.

Geraldo Forbes é advogado e consultor de empresas.